

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1004111-68.2017.8.26.0566
Classe - Assunto	Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária
Requerente:	Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A
Requerido:	MARIA JULIA e outros

AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A ajuizou ação contra **MARIA BERNADETE CYPRIANO**, pedindo a busca e apreensão do veículo descrito na petição inicial, objeto de alienação fiduciária, haja vista a inadimplência da mutuária, que deixou de pagar as prestações mensais do financiamento.

Deferiu-se e cumpriu-se liminarmente a busca e apreensão.

Após a constatação do falecimento da ré, admitiu-se a sua substituição pelos sucessores legais.

Os réus foram citados e não apresentaram defesa.

Diante da existência de herdeiro incapaz, o D. Promotor de Justiça foi intimado para intervir no feito. Em sua manifestação, pugnou pela improcedência da ação, haja vista a existência de cláusula contratual prevendo a quitação do saldo devedor em caso de óbito do tomador do empréstimo.

Manifestou-se a autora.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A alienação fiduciária em garantia está documentalmente comprovada. A mutuária deixou de pagar as prestações prometidas, incidindo em mora.

A morte da devedora não desfez o contrato de financiamento, respondendo os herdeiros pela dívida da *de cujus* até as forças da herança. Sendo assim, os réus deveriam ter depositado o valor do débito dentro de cinco dias contados do cumprimento

P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

da medida liminar, mas não o fizeram, consolidando-se a propriedade em mãos do credor fiduciário.

Ademais, o falecimento da mutuária se deu após o inadimplemento e a sua constituição em mora, de modo que não cabe, no presente caso, a cobertura securitária contratada.

Com efeito, o falecimento aconteceu em 13 de julho de 2017 (fls. 69), com a **mora já configurada**, pois pendentes de pagamento as prestações vencidas desde 2 de dezembro de 2016, já formalizada a notificação da mutuária inadimplente (fls. 23/25).

A Companhia Seguradora responderia pela quitação das prestações subsequentes, não pelas anteriores. Portanto, ainda que houvesse iniciativa dos sucessores legais, provocando a atuação da Companhia Seguradora, deveria ocorrer, de parte deles, em caso de interesse, a purgação da mora no tocante às prestações anteriores ao óbito.

Nesse sentido:

"Ação de busca e apreensão – alienação fiduciária – falecimento da contratante após notificação - mora comprovada nos termos do art. 2º, § 2º do decreto-lei nº 911/69 - notificação extrajudicial válida - prosseguimento em face dos herdeiros, nos limites da herança – artigo 1792 do Código Civil – seguro de proteção financeira – inadimplemento anterior ao óbito - purgação da mora não efetuada – ausência de cobertura securitária no caso concreto – tarifa de cadastro – súmula 566 do STJ – legalidade da cobrança da tarifa de avaliação de bens - sentença mantida – apelação não provida, com observação." (TJSP, Apelação 1015536-12.2014.8.26.0562, 33ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Eros Piceli, j. 31/07/2017).

"Alienação fiduciária em garantia - Ação de busca e apreensão – Sentença de improcedência – Fundamento no sentido de que o falecimento da devedora fiduciante fez quitar o débito contratual em aberto, haja vista a existência de seguro prestamista - Reforma do julgado – Cabimento – Existência de prova de que na data do falecimento a devedora fiduciante já estava em situação de mora relativamente a 3 (três) parcelas do contrato – Notificada extrajudicialmente antes do passamento, ficou-se inerte – Contrato de seguro prestamista que não cobre inadimplemento pretérito de parcelas, não ocasionado pela morte da devedora – Espólio que contestou o feito depois de cumprido o mandado de busca e apreensão, mas não depositou a integralidade da dívida – Contrato resolvido – Posicionamento consolidado pelo STJ em sede de recursos repetitivos - REsp 1.418.593-MS – Ação procedente. Apelo da autora provido." (TJSP, Apelação 0001788-39.2015.8.26.0288, 27ª Câmara Extraordinária de Direito Privado, Rel. Des. Marcos Ramos, j. 07/11/2016).

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, **acolho o pedido** e transformo em definitiva a medida liminar concedida, declarando consolidada a propriedade, assim como a posse plena e exclusiva do autor, sobre o bem objeto da ação, levantando-se o depósito judicial, com a faculdade de promover a venda.

Condeno os réus ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono do autor fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 15 de janeiro de 2018.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
 IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**